



## **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.305, DE 2019**

Assegura aos servidores integrantes do sistema de segurança pública, previstos no art. 144 da Constituição Federal, aos agentes penitenciários, aos policiais legislativos federais, aos agentes socioeducativos, aos agentes de trânsito e aos guardas municipais, o reconhecimento do exercício de atividades exclusivas de Estado e a percepção de indenização por Atividade de Risco Policial e Bombeiro Militar.

**Autor:** Deputado JOSÉ MEDEIROS

**Relator:** Deputado LUIS MIRANDA

### **I - RELATÓRIO**

O presente projeto de lei trata de assegurar indenização, por atividade de risco, aos profissionais de segurança pública que menciona, no percentual não inferior a trinta por cento da remuneração total, excetuadas as vantagens de natureza pessoal.

Na Justificação o ilustre autor informa estar reapresentando teor do PL 5492/2016, de autoria do ex-deputado federal Cabo Daciolo, no modo do substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), arquivado ao final da 55ª Legislatura, conforme prescreve o art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Invoca a conveniência e oportunidade da proposição transcrevendo trecho da justificativa original, segundo a qual, a atividade policial e bomberil se reveste das condições de insalubridade e risco. Inova, ainda, ao propor a definição de que a atividade dos agentes públicos integrantes do sistema de segurança pública elencados no art. 144 da Constituição seja considerada típica de Estado.



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

Apresentado em 12/3/2019, a 22 do mesmo mês o projeto foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), as duas últimas para efeito do disposto no art. 54 do RICD, sujeito a apreciação conclusiva das Comissões, sob o regime de tramitação ordinária.

No prazo regimental foram apresentadas as Emendas nº 1/2019, em 9/4/2019, do Deputado Capitão Augusto, e nº 2/2019, em 10/4/2019, do Deputado Efraim Filho.

A primeira Emenda altera a redação ao art. 1º do projeto, para nele incluir os 'peritos criminais, peritos médico-legistas e peritos odontologistas'. Na Justificação lembra a importância da perícia oficial de natureza criminal para o bom andamento e eficácia do sistema judiciário, em seu papel fundamental de produção da prova técnica. Invoca a Lei nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, que disciplina a atuação da categoria, lembrando a isenção, imparcialidade e objetividade da prova pericial, produzida segundo a aplicação do método científico que a dota de confiança e credibilidade.

A segunda Emenda também inclui os 'peritos oficiais de natureza criminal' no âmbito do projeto, mediante alteração de seu art. 1º. A Justificação é idêntica à da primeira Emenda.

Tendo sido designada como Relatora, em 27/03/2019, A Deputada Major Fabiana apresentou parecer, pela aprovação do projeto e das Emendas apresentadas, de nº 1/2019 e 2/2019, com substitutivo.

Sucedendo à digna parlamentar, que deixou de ser membro da comissão, fomos designados em 14/8/2019, cumprindo o honroso dever neste momento.

É o relatório.



## **II - VOTO DO RELATOR**

É da alçada desta Comissão Permanente a análise do mérito de matéria atinente a “matérias sobre segurança pública interna e seus órgãos institucionais” e “políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais”, nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XXI, alíneas ‘d’ e ‘g’).

Cumprimentamos os ilustres autores pela preocupação em aperfeiçoar o ordenamento jurídico, no sentido de conferir mais proteção a toda a sociedade, mediante a adoção de mais uma forma de valorização aos próprios profissionais de segurança pública, garantes que são dos direitos fundamentais de todos os brasileiros, bem como à garantia da condução adequada da persecução criminal em todas as suas fases.

Com efeito, ao assegurar adicional por atividade de risco, de caráter indenizatório, aos profissionais de segurança pública, o projeto e suas emendas caminham no sentido de conferir dignidade às categorias, por meio do reconhecimento de que atuam sob condições adversas que autorizam a percepção do referido adicional.

Embora o enfoque deste parecer seja o do mérito segundo a vocação temática da CSPCCO, a esse respeito não temos reparos a fazer. Fica, portanto, a análise acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa a cargo da comissão pertinente, a CCJC, entendemos que o projeto pode ser aprimorado.

Nestes termos e a título de contribuição ao Relator que será designado naquela Comissão, sugerimos nova redação à proposição, desde a Ementa, visando a incluir as categorias mencionadas nas Emendas apresentadas, em razão do que apresentamos Substitutivo global.

Inicialmente, pois, procura-se adequar o texto à determinação da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre regras de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, bem como do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que a regulamentou.

Exemplo disso é que o primeiro artigo não segue a forma estipulada pelo art. 7º da LC nº 95/1998, ou seja, limitar-se a definir o objeto e



## CAMARA DOS DEPUTADOS

âmbito de aplicação da norma, o que resolvemos mediante redação de novo art. 1º.

Segundo a mencionada norma sobre técnica legislativa, as referências numéricas devem ser escritas apenas por extenso, desprezando-se a escrita em algarismos (art. 11, inciso II, alínea 'f', na redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001); e no art. 14, inciso II, alíneas 'h' e 'i' do Decreto mencionado, que preconizam, para obtenção da precisão, a grafia por extenso de números e percentuais, ressalvada a indicação numérica de valores monetários seguidos de sua indicação, por extenso, entre parênteses. Alteramos, portanto, o percentual para a expressão 'trinta por cento', excluindo a grafia "30%" e os parênteses.

Ao alterar a ementa e adaptar os arts. 1º e 2º, preferimos as denominações 'servidores públicos' e 'militares', conforme categorização contida nas Seções II e III do Capítulo VII do Título III da Constituição Federal, iniciadas pelos arts. 39 e 42, respectivamente.

A fim de evitar engessamento da norma em razão de mera inadequação terminológica, no caso dos agentes penitenciários adotamos a expressão 'agentes e guardas prisionais', tendo como parâmetro a terminologia utilizada na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências".

Visando a evitar a tautologia contida em 'indenização' e 'caráter indenizatório', substituímos o primeiro vocábulo por 'adicional'.

Excluímos da redação a referência a atividade de risco 'Policial e Bombeiro Militar', uma vez que são beneficiadas outras categorias não pertencentes a tais segmentos, mantendo apenas a expressão 'atividade de risco'.

Por fim, inserimos em dispositivo autônomo a referência à carreira de Estado, englobando todos os segmentos mencionados.

Feitas essas considerações, votamos pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 1305/2019** e suas **EMENDAS Nº 1 E 2**, na forma do **SUBSTITUTIVO** ora ofertado.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado LUIS MIRANDA  
Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME  
ORGANIZADO**



**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.305, DE 2019  
(Do Relator)**

Assegura aos servidores públicos e militares previstos no art. 144 da Constituição Federal, aos peritos oficiais de natureza criminal, aos agentes e guardas prisionais, aos policiais legislativos federais, aos agentes socioeducativos, aos agentes de trânsito e aos guardas municipais, a percepção de indenização por atividade de risco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei assegura aos servidores públicos e militares previstos no art. 144 da Constituição Federal, aos peritos oficiais de natureza criminal, aos agentes e guardas prisionais, aos policiais legislativos federais, aos agentes socioeducativos, aos agentes de trânsito e aos guardas municipais, a percepção de indenização por atividade de risco.

Art. 2º Em decorrência das atribuições de seus cargos efetivos, os servidores públicos e militares integrantes do sistema de segurança pública, previstos no artigo 144 da Constituição Federal, os peritos oficiais de natureza criminal, os agentes e guardas prisionais, os policiais legislativos federais, os agentes socioeducativos, os agentes de trânsito e os guardas municipais fazem jus percepção de adicional por atividade de risco, de caráter indenizatório, em percentual não inferior a trinta por cento da remuneração total, excetuadas as vantagens de natureza pessoal.

Art. 3º São reconhecidas às categorias mencionadas no art. 2º a condição de carreiras exclusivas de Estado.



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputada LUIS MIRANDA  
Relatora